# BC desconsidera inflação causada pela guerra no Irã para manter juros altos

Jeferson Miola

26/11/2026

---

Apesar da guerra dos EUA e de Israel contra o Irã, que impacta o preço internacional do petróleo, o Conselho Monetário Nacional/ CMN, órgão integrado pelos ministérios da Fazenda, do Planejamento e o Banco Central, mantém a meta para a inflação em 3%.



O conflito causa aumento da inflação no mundo inteiro, afetando também o Brasil.

No **Relatório nº 111, de abril de 2026**, o Instituto Fiscal Independente [IFI-Senado] estimou que o conflito no Golfo Pérsico deverá causar um aumento entre 0,7% e 1% no IPCA deste ano, e entre 0,2% e 0,5% no índice de inflação de 2027.

**TABELA 2. IMPACTOS DO CHOQUE SOBRE O IPCA (P.P.)**

| Cenário | 2026 | 2027 |
|---|---|---|
| Normalização | +0,7 | +0,2 |
| Persistência | +1,0 | +0,5 |

*Fonte: IFI.*

O IFI destaca que “apesar de o Brasil ser um país produtor de petróleo e ter seu setor externo e sua situação cambial relativamente sólidos, deverá sofrer, em algum grau, os efeitos da crise internacional sobre outras variáveis macroeconômicas, como inflação, juros, comércio exterior, ritmo de crescimento, entre outras”.

A transmissão da trajetória do preço internacional do petróleo “ocorre por canais diretos e indiretos, condicionada tanto ao nível do Brent quanto ao grau de repasse aos preços domésticos”.

O documento descreve que “o impacto direto se concentra no preço da gasolina. O impacto indireto ocorre por meio do encarecimento do diesel e dos fretes, com disseminação ao longo da cadeia produtiva”.

De acordo com o IFI, o efeito inflacionário do conflito no Brasil é “capturado” por uma equação que “segue a metodologia dos modelos de projeção do Banco Central”.

Chama atenção, no entanto, que apesar disso, a diretoria do BC alardeia problemas fiscais para justificar as taxas estratosféricas de juros. Nenhuma Ata do COPOM publicada desde o início da guerra mencionou este fator exógeno, que é uma das causas relevantes da inflação deste ano, devendo causar aumento de até 1% na formação do IPCA, o que inviabiliza que a inflação fique dentro da meta.

A meta de 3% para a inflação foi fixada no período Bolsonaro-Paulo Guedes-Roberto Campos Neto, mas inacreditavelmente mantida pelo CMN já do atual governo Lula.

É uma meta irrealista. Nos 28 anos de vigência do sistema de metas inflacionárias no país –1999 a 2026– a média de inflação brasileira foi de 6,19% ao ano. Em todo este período, a inflação só ficou na casa dos 3% em apenas dois anos.

Não existe, portanto, base empírica para se definir uma meta de 3% se durante três décadas a inflação média anual foi mais que o dobro que tal índice.

Há uma grande convergência no debate econômico sobre a impropriedade dessa meta para a realidade brasileira. É difícil encontrar-se uma explicação para mantê-la neste patamar. Será que serve para legitimar os juros altos do BC que regozijam rentistas e especuladores com os juros reais mais altos do mundo, quase 10% acima da inflação?

Segundo o Banco Central, cada 1% da taxa SELIC representa gastos de R$ 78 bilhões ao ano em despesas financeiras que são drenadas do orçamento da União. É uma cifra superior aos recursos que o governo foi obrigado a aprovar no Congresso para incluir no orçamento de 2027 o custeio dos novos compromissos assumidos na eleição.

Para 2027 as despesas com juros da dívida alcançarão cerca de um trilhão e 400 bilhões de reais que serão apropriados por uma ínfima parcela rica da população, ao passo que o SUS, sistema que beneficia mais de 160 milhões de brasileiros, contará com aproximadamente R$ 270 bilhões – quase cinco vezes menos que o custo dos juros no orçamento da União.

É urgente a redução dos juros. Não há explicação técnica para mantê-los neste nível que inviabiliza o crescimento do Brasil e causa endividamento de empresas e famílias.

A meta irrealista para a inflação é um critério usado pelo BC para justificar essas taxas obscenas de juros.

Revisá-la é uma imposição econômica e financeira; e, também, uma possibilidade ao alcance do governo Lula, que pode promover o ajuste da meta para pelo menos 4% ou 4,5% numa reunião do CMN.

Seria uma insensatez e completa ausência de espírito público não se revisar a meta para a inflação diante do impacto evidente da guerra, estimado em até 1% no IPCA deste ano, e de 0,5% no de 2027.

***Jeferson Miola*** *é analista político.*
*Originalmente publicado em seu blog.*

Compartilhe nas redes: